

Vaidapé na Rua: uma proposta dialógica da Rádio Comunitária

Vaidapé na Rua: a community radio dialogical proposal

Júlia Lúcia de Oliveira Albano da Silva | Universidade de Santo Amaro (Unisa)

Professora de Comunicação do Centro Universitário Fecap (Fundação Álvares Penteado) e Universidade de Santo Amaro (Unisa). Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduada em Comunicação Social com habilitação em Rádio e Televisão pela Unesp. Integrante do Núcleo de Rádio e Mídia Sonora da Intercom e do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura do Ouvir da Faculdade Cásper Líbero de São Paulo. Email: julialuciaoliveira@gmail.com.

Resumo

Este texto objetiva mostrar, no contexto das mídias digitais em rede, a experiência de interação baseada no diálogo entre a Rádio Comunitária Cidadã FM e o programa *Vaidapé na Rua* que integra a programação semanal da emissora localizada na região Oeste do município de São Paulo. Partindo da compreensão das dinâmicas dialógicas e discursivas inerentes aos processos comunicacionais e estudadas pelo jornalista e teórico Vilém Flusser, o texto objetiva evidenciar as possibilidades que um ambiente comunicacional pode desencadear para uma prática efetivamente comunitária. Para a compreensão sobre a rádio comunitária na conhecida “sociedade em rede”, o texto situa brevemente o surgimento e desenvolvimento do movimento das rádios comunitárias no Brasil, iniciado nas últimas duas décadas do século XX, quando, motivadas pelas experiências das rádios livres, atuaram na luta contra a opressão dos poderes estatal e econômico e pela democratização do acesso aos meios de comunicação de massa. Além da pesquisa bibliográfica, o estudo recorre à pesquisa documental e de campo na realização de entrevistas qualitativas. Conclui-se que além da necessária desmitificação tecnológica e sua apropriação popular, a dinâmica dialógica em equilíbrio com a discursiva atua para o surgimento de ambientes comunicacionais propícios para o compartilhamento de conhecimentos e prática da cidadania.

Palabras Claves: Rádio comunitária; Vaidapé na Rua; Rádio Cidadã FM; Comunicação Comunitária.

Abstract

This text aims to show in the context of digital network media the experience of communicative exchange based on the dialogue between the Cidadã Community Radio FM and the Vaidapé on the Street program that integrates the weekly program of the station located in the western region of the city of São Paulo. Based on the understanding of the dialogical and discursive dynamics inherent in the communicational processes studied by the journalist and theorist Vilém Flusser, the text aims to highlight the possibilities that a communicational environment can trigger for an effectively communitarian practice. For the understanding of community radio in the so-called “network society”, the text briefly sets forth the emergence and development of the community radio movement in Brazil, initiated in the last two decades of the twentieth century, motivated by the experiences of free radios, struggle against the oppression of state and economic powers and the democratization of access to the mass media. In addition to bibliographical research, the study uses documentary and field research in qualitative interviews.

Keywords: community radio; vaidapé na rua; cidadã FM radio; community communication.

Introdução

Este texto objetiva mostrar no contexto das mídias digitais em rede, a experiência de interação baseada no diálogo entre a Rádio Comunitária Cidadã FM e o programa *Vaidapé na Rua*, que integra a programação semanal da emissora. Partindo da compreensão das dinâmicas dialógicas e discursivas inerentes aos processos comunicacionais e estudadas pelo jornalista e teórico Vilém Flusser, o texto objetiva evidenciar as possibilidades que um ambiente comunicacional pode desencadear para uma prática efetivamente comunitária.

Para a compreensão da rádio comunitária na conhecida “sociedade em rede”, o texto situa brevemente o surgimento e desenvolvimento do movimento das rádios comunitárias no Brasil nas últimas duas décadas do século XX, motivado pelas experiências das rádios livres, as quais atuaram na luta contra a opressão dos poderes estatal e econômico e a favor da democratização do acesso aos meios de comunicação de massa. Além da pesquisa bibliográfica, o estudo recorre à pesquisa documental e de campo na realização de entrevistas qualitativas.

Rádio Comunitária – das ondas aos bytes

Inconformado com a desconexão entre o discurso praticado na escola de classe média de Belo Horizonte onde é bolsista e a realidade vivenciada enquanto morador da favela, Jorge e seus amigos decidem pôr no ar a Rádio Favela. Este é o mote norteador do filme *Uma Onda no Ar*, de Helvécio Ratton, lançado em 2002, que narra a jornada de Misael Avelino dos Santos, criador e líder dessa rádio comunitária. O filme retrata o desafio de Misael e seus amigos de instalar e manter a Rádio Favela FM no início dos anos de 1980 na favela Nossa Senhora de Fátima, no Aglomerado da Serra¹, região Centro-sul da capital mineira.

Durante a narrativa, Ratton retrata os desafios enfrentados por praticamente todas rádios comunitárias não autorizadas: as dificuldades econômicas enfrentadas para a compra e manutenção dos equipamentos, assim como a relação tensa com os poderes locais e a polícia, que inúmeras vezes fecha tais rádios, apreende a aparelhagem e prende seus líderes. Rodado na própria favela, o filme também evidencia o apoio do morro e a simpatia “do asfalto” à Rádio Favela. O apoio do morro fica evidente nas cenas que retratam a construção do vínculo entre a população local e a proposta “dos meninos” de fazer uma rádio da favela, pela favela; o “do asfalto”, nas que retratam o reconhecimento, dentre outros, da ONU, que premia a rádio, posteriormente transformada em rádio educativa².

A história de persistência e determinação contada em *Uma Onda No Ar* poderia ser a de muitas outras rádios comunitárias brasileiras espalhadas em diversas comunidades que lutam pelo direito à comunicação, em especial no campo das comunicações de massa. O movimento das rádios comunitárias no Brasil surge em meados do século XX e de certa forma encontra inspiração nas experiências das rádios livres dos países

europeus - em especial França e Itália – e nas lutas do povo brasileiro contra o regime militar, quando estas rádios eram espaço de resistência e mobilização política.

As rádios livres de certa forma abriram caminho para o surgimento e engajamento das rádios comunitárias no Brasil à medida que suas experiências propunham romper com a lógica unidirecional e funcionalista das mídias de massa consideradas oficiais. Ao ouvinte era destinado o microfone para que livremente assumisse o papel ativo que sempre foi dele por direito, como já havia previsto Bertolt Brecht (1973). “O princípio norteador das rádios livres era fazer com que o ‘ouvinte’ se sentisse dentro e participante de um movimento: a qualquer momento (e sem que esse momento pudesse ser determinado *a priori*) ele poderia telefonar para a emissora para informar qualquer coisa que estivesse acontecendo à sua volta e ser colocado imediatamente no ar, sem qualquer censura, ou então se dirigir diretamente à emissora para dar seu recado” (MACHADO, 1987, p. 30).

Geralmente vinculadas a organizações sociais de base e movimentos populares, as rádios comunitárias surgem do entendimento de que o acesso democrático aos meios de expressão é uma das condições para a emancipação social. A luta, conforme explica Machado (1987, p. 29), estava em “abrir uma brecha para que as comunidades locais e todos os grupos marginalizados da radiodifusão tivessem acesso às ondas”. E é neste contexto de reivindicação da comunicação popular, da democratização da palavra, que ainda durante o regime militar surgem as rádios comunitárias no Brasil, que, por não serem oficialmente autorizadas, eram consideradas “clandestinas” ou “piratas”³.

Apesar de guardar semelhanças com as rádios livres, a proposta das rádios comunitárias avançava para além da abertura dos microfones aos ouvintes, ainda que tal experiência tenha inquestionável relevância emancipadora e criativa. Como salienta Peruzzo (1997), para que exista uma efetiva comunicação popular é fundamental que a atuação da população não seja reduzida à participação ocasional na mensagem, ou seja, na forma de concessão de entrevistas, gravação de depoimentos, avisos e outros. É necessário que haja efetiva participação na produção de mensagens, o que “implicaria no acesso a conhecimentos e recursos técnicos e na partilha na tomada de decisão” (1997, p. 247-249).

A popularização da frequência modulada (FM) no fim dos anos 1970 e suas características técnicas impulsionaram o surgimento das rádios comunitárias brasileiras. Isso porque a FM surgiu como uma forma de transmissão relativamente barata por não requerer antenas transmissoras sofisticadas e por possibilitar a construção caseira dos equipamentos eletrônicos envolvidos no processo de produção e veiculação da programação. Além disso, contribuiu seu alcance mais limitado e, portanto, mais favorável para as experiências comunitárias ou para as emissões dirigidas às populações locais.

Portanto, combinados todos esses ingredientes, o que se presenciou nas décadas seguintes, anos 1980 e 1990, foi o surgimento de inúmeras rádios comunitárias, a exemplo da Favela FM em Belo Horizonte. Elas surgiam geralmente vinculadas a organizações civis sem finalidade lucrativa, à semelhança

dos movimentos sociais populares, como instrumento a serviço das comunidades, que enxergavam na comunicação popular a possibilidade democrática de expressão de suas singularidades sociais no contexto de disseminação da cultura de massa e, por conseguinte, como uma das possíveis formas de fazer frente ao poder opressor do Estado. Acreditava-se também que as rádios comunitárias e os demais meios, como jornais, boletins, alto-falantes, teatro, faixas e cartilhas, entre outros, tinham grande potencial para contribuir com o processo de contestação ao Estado e de redemocratização do país. Peruzzo (2014) evidencia a importância e o caráter contestador da comunicação popular, comunitária e/ou alternativa:

No fim da década de 1970 do século passado, período do auge do ressurgimento dos movimentos sociais populares num contexto de distensão da ditadura militar no Brasil, e nos anos seguintes, essa outra comunicação [popular, comunitária e/ou alternativa] do âmbito dos movimentos e organizações populares representou um grito antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações [...] (2014, p. 4).

De acordo com o levantamento realizado pela ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (*Jornal Abraço no Ar*, n. 10, 1999), em 1999 havia no país cerca de 14 mil emissoras de baixa potência, dentre as quais 6 mil somente no Estado de São Paulo. Uma presença expressiva, que, como salienta Amarante, “promoveu a abertura do caminho para a sua legalidade” (2012, p. 41), que ocorre com a Lei 9.612/1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Os dados oficiais divulgados pelo MiniCom – Ministério das Comunicações⁴ informam que atualmente no Brasil há 4.774 rádios comunitárias outorgadas, sendo que os estados que têm o maior número são Minas Gerais com 768 e São Paulo com 599. Diante do reconhecimento de que o processo de solicitação da autorização para o funcionamento de uma rádio comunitária era burocrático e de difícil cumprimento pelas entidades requerentes, em 2015⁵ o Ministério das Comunicações divulga regras “mais simplificadas” e estima que o prazo de autorização para novas rádios comunitárias possa cair para seis meses. Portanto, pelas novas regras da Portaria n 4.334/2015⁶, uma associação civil ou fundação interessada em se candidatar a uma outorga de rádio comunitária deve apresentar cerca de sete documentos e não mais 33. Apesar dos “avanços” propalados pelo governo, a Lei 9.612/98 ainda é contestada por vários aspectos, pois como explica Amarante:

[...] além de conceder apenas um único canal de funcionamento para todas, também tolhe a sobrevivência financeira e associativa do veículo, pois impede a formação de redes e a publicidade, limitada a um apoio cultural até 1.000 metros de distância da sede da emissora (2012, p. 42).

Outros aspectos contestados são as limitações de abrangência a no máximo 1 km a partir de sua antena transmissora, e de potência de transmissão irradiada de 25 watts, que prosseguem como inquestionáveis. Porém, como pontua Nils Brock, a questão da abrangência física delimitada pelas normativas do MiniCom parece tecnicamente⁷ contornada:

No Brasil [...] milhares de rádios livres e comunitárias ampliaram seu alcance com páginas na web e transmissões ao vivo online. São práticas emergentes ainda em busca de ampliar a audiência, mas são fundamentais para estimular uma convergência midiática participativa, baseadas em necessidades e ideias de comunidades específicas e não em análise de mercado (2017, p. 25).

A disseminação de oportunidades de conexão, produção, distribuição e compartilhamento viabilizada pela popularização e o acesso a tecnologias digitais em rede descortinaram inúmeras possibilidades para as rádios comunitárias. Ainda que em pleno contexto da propalada “sociedade em rede” (CASTELLS, 2005) o acesso à internet e, portanto, às tecnologias de informação e comunicação em rede não possa ser considerado democraticamente disseminado no Brasil, é fato que as rádios comunitárias possam encontrar nos recursos digitais conectados possibilidades e/ou caminhos para fortalecer e viabilizar a construção de ações comunicativas subsidiadas por uma lógica dialógica e não predominantemente discursiva.

Para compreender esta perspectiva dialógica recorremos ao filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser (2012). Ao eleger diferentes tipologias e aspectos que compõem o tecido comunicativo social, destaca a comunicação dialógica e a comunicação discursiva como os tipos de comunicação presentes na sociedade em geral. A análise do autor aponta para a inevitável sinergia entre as duas formas e que a tensão entre ambas é uma qualidade almejada.

Para que surja um novo diálogo, precisam estar disponíveis as informações que foram colhidas pelos participantes graças à recepção de discursos anteriores. E, para que um discurso aconteça, o emissor tem que dispor de informações que tenham sido produzidas no diálogo anterior [...] Cada diálogo pode ser considerado uma série de discursos orientados para a troca. E cada discurso pode ser considerado parte de um diálogo [...] Embora esteja implicado um no outro... Participar de um discurso é uma situação totalmente distinta da de participar de diálogos (FLUSSER, 2012, p. 97).

Nesse contexto cabe refletir sobre o quão interessante poderia ser para, por exemplo, um ouvinte-internauta de Sucupira, sudoeste de Tocantins, saber sobre o movimento popular da comunidade do Butantã, zona Oeste de São Paulo, para a implantação de uma creche no bairro. Se observarmos a partir da perspectiva flusseriana, a vivência a distância de uma prática comunicativa orientada pela troca pode atuar como desencadeadora de uma nova percepção sobre a função social do meio rádio. Portanto, a ampliação do alcance que as emissoras conquistam com o compartilhamento de suas programações pela internet pode contribuir para que suas ações de diálogo atuem como motivadoras de iniciativas para outras rádios comunitárias legalizadas ou não, assim como para outras mídias comunitárias, populares ou alternativas, gerando aproximações, trocas e diálogos.

Foi inclusive essa dinâmica que aproximou a rádio comunitária Cidadã FM e o coletivo de mídia independente *Vaidapé*, ambos da cidade de São Paulo, como abordaremos a seguir.

Rádio Cidadã FM – do Cala a boca já morreu ao Vaidapé na Rua

Em março de 2011 a entidade jurídica Associação Cidadã recebe do Ministério das Comunicações a autorização para operar como rádio comunitária no Butantã e região na frequência 87,5 FM. Mas a rádio já atuava como “clandestina” desde 7 de julho de 1995 na frequência 98,1 FM. Sediada na região oeste da cidade de São Paulo e pautada pelos princípios da gestão colaborativa, a rádio já mantinha atividades e programações produzidas e apresentadas por moradores do bairro.

Ainda como “fora da lei”, a atuação da Rádio Cidadã FM chamou a atenção da denominada grande mídia nacional (impressa e eletrônica) em matérias veiculadas a partir de 1996. Dentre as atividades e informações reportadas sobre a “*Rádio livre (que) põe no ar a vida da comunidade*”⁸ o programa *Cala Boca Já Morreu* veiculado aos domingos ganhava destaque. O programa era produzido e apresentado por crianças de 7 a 10 anos da comunidade local e coordenado pela educadora Grácia Lopes Lima⁹. Ao vivo as crianças discutiam diferentes assuntos que faziam parte do cotidiano delas, ou seja, saúde, política, consumo, ecologia, educação, família, entre outros. Para a escolha e discussão prévia dos temas, bem como para a prospecção de convidados, as dez crianças participantes do programa se reuniam durante a semana, dinâmica que resultou em um programa coletivo, fruto de momentos vivenciais de produção, e que tinha os processos como mais importantes que os conteúdos. A visibilidade que o programa conquistou, inclusive internacionalmente, com a matéria veiculada pela televisão estatal japonesa NHK e com o reconhecimento da UNICEF, que lhe concedeu o prêmio de Iniciativa Comunitária – Rádio Escola, colaborou para o fortalecimento da Rádio Cidadã FM diante da pressão dos órgãos reguladores do MiniCom¹⁰ e para a consolidação da prática dialógica¹¹ que entendemos se repetir com o programa *Vaidapé na Rua*.

Vaidapé na Rua e nas ondas da Rádio Cidadã FM

O programa *Vaidapé na Rua* é veiculado pela Rádio Comunitária Cidadã FM desde 13 de dezembro de 2013. Atualmente é transmitido ao vivo às segundas-feiras, das 20h às 21h, e desde 2016 também na internet, através do site da emissora e da página da revista *Vaidapé* na rede social digital Facebook¹². Posteriormente, o programa é disponibilizado na plataforma digital Mixcloud para *streaming* e *download*. No Facebook e no site do coletivo *Vaidapé* o programa também fica disponível na íntegra, com registro de imagens captadas diretamente do estúdio da Cidadã FM. De partida, o programa pode ser considerado um exemplo de multiplicidade e convergência midiática, uma vez que suas edições são compartilhadas em diversas plataformas digitais e em diferentes linguagens como áudio, registros fotográficos, textos e vídeos. Além de estender o conteúdo para uma comunidade que não se restringe aos limites territoriais e cujos integrantes, em função de interesses comuns, se conectam por meio das ferramentas digitais em rede, o programa incentiva a interatividade de seus ouvintes-internautas com a

equipe. Uma oportunidade de ampliar o diálogo e obter novos conteúdos para as demais edições num processo de retroalimentação.

Vaidapé na Rua pode ser considerado uma revista radiofônica ou um programa de variedades, uma vez que em todas as edições apresenta um conteúdo diversificado em diferentes atrações como entrevistas ao vivo, matérias jornalísticas, participação do ouvinte-internauta e músicas. A dificuldade de definir o gênero do programa não é exclusiva de Thiago Gabriel Mostazo (2017), Mano Xei¹³, um dos apresentadores do programa, pois até mesmo o pesquisador Mário Kaplún reconhece a dificuldade de definir tais formatos: “Não são fáceis de definir, dado que precisamente sua característica é a variedade de seções. Geralmente, a presença de um apresentador (ou de uma dupla de apresentadores) é o que dá o caráter e assegura a unidade do programa”¹⁴ (1994, p. 144).

Portanto, a revista sonora *Vaidapé na Rua* está estruturada em três blocos. O primeiro aborda questões relativas à cidade de São Paulo e principalmente ao bairro do Butantã, onde a sede da rádio está instalada. O segundo e terceiro são destinados às entrevistas realizadas com pessoas que geralmente não disputam a agenda das mídias comerciais, mas atuam significativamente em diferentes cenas da cidade: artistas, músicos, integrantes e líderes de coletivos femininos, étnico-raciais, de direitos humanos, etc. Assuntos como gestão municipal da cidade, discriminação social, racial e de gênero, violência policial, segurança pública, intolerância religiosa, sistema judiciário, população carcerária, direitos e lutas das comunidades indígenas, cena hip hop, desigualdade social e de renda, maioridade penal, entre outros, mobilizam o diálogo entre apresentadores, convidados e ouvintes. A interlocução com os ouvintes e internautas que acompanham ou participam ao vivo do programa, acontece com o envio de perguntas ou comentários por meio de diferentes canais, como o Facebook e o telefone da Rádio Cidadã FM.

Costurado com músicas (predominantemente de bandas e artistas independentes) relacionadas ao tema ou aos convidados, a revista sonora explora as diversas questões que abarcam a temática por meio do tom coloquial, inventivo e criativo dos apresentadores (geralmente são três)¹⁵, que conduzem o programa sempre com a presença de uma trilha sonora de fundo, que confere dinâmica ao programa.

A estética, estrutura e dinâmica do *Vaidapé na Rua* é resultado de um diálogo permanente com a equipe da rádio Cidadã FM e os ouvintes-internautas. De acordo com Thiago Gabriel Mostazo (2017), o convite para a realização do programa aconteceu quando entrevistou Pedro Moura Leite Ribeiro, apresentador de um outro programa denominado *Já regou suas plantas?* Na ocasião, o objetivo era obter informações para a elaboração de uma matéria sobre o programa, definido como “um espaço de divulgação e promoção da cultura reggae e rastafári”, para a Revista *Vaidapé*, um coletivo de mídia independente com sede no Butantã.

Um dos desafios iniciais foi compreender e desenvolver habilidades e competências em relação à parte técnica, ou seja, os softwares de edição e montagem de áudio, a mesa de som, o uso adequado e inteligente dos

elementos de uma linguagem essencialmente sonora para informar e envolver o ouvinte que participa ativamente por meio de diferentes recursos. Victor Santos, Pai Vitão¹⁶, o atual responsável pela produção musical e sonoplastia do programa *Vaidapé na Rua*, relata que teve que “começar do zero e que aprendeu muito com a molecada”. O desafio descrito por Santos (2017) é um exemplo concreto de que, no atual contexto da sociedade midiática de sucessivas e constantes mutações tecnológicas, a intervenção de práticas sociais comunicativas acontece em conjunto com a aquisição de conhecimentos sobre as ferramentas digitais. Trata-se do processo de desmitificação e apropriação técnica que toda rádio comunitária precisa enfrentar, conforme alerta Nils Brock (2017, p. 15). Um processo que se dá pela intensificação do diálogo entre grupos, fóruns de discussões presentes nas diferentes redes sociais digitais e também presencialmente, como ocorreu entre as equipes da Rádio Cidadã FM e do Programa *Vaidapé na Rua*.

Habitados com a lógica do impresso e das produções audiovisuais em plataformas digitais que exploram a interface da tela como anteparo para suas publicações, outro desafio foi assimilar a dinâmica de um programa que não era lido ou visto, mas ouvido por um ouvinte e/ou internauta quase sempre em movimento e envolvido com outras atividades. A instantaneidade do *feedback*, a proximidade e a intensidade do vínculo com o ouvinte foram e continuam sendo uma das características do rádio que mais desafiam e motivam a equipe, de acordo com Mostazo e Santos (2017). Ainda assim, a inclusão de demandas da comunidade local, por incrível que pareça, não fez parte da pauta das primeiras edições do *Vaidapé na Rua*¹⁷.

O aprendizado sobre a força, pertinência e importância de abrir o microfone para as questões da comunidade e seus protagonistas foi assimilado gradativamente pela equipe da revista *Vaidapé na Rua*. Este conhecimento também é resultado da vivência e das trocas realizadas com a equipe da Rádio Cidadã FM. Neste sentido, retornamos a Flusser (2011) para a problematização desta práxis comunicacional – teoria e prática – que entendemos como norteadas pelo diálogo entre as equipes da Rádio Cidadã e do programa. Vilém Flusser, no artigo *Nossa Comunicação*, publicado na obra *Pós-história: vinte e um instantâneos e um modo de usar*, inicia fazendo uma distinção entre dois modos de conhecimento: o “objetivo”, que fala sobre objetos e é nomeado de discursivo, e o “intersubjetivo”, que fala com os outros, nomeado de dialógico. De acordo com Flusser, “o que distingue o discurso do diálogo é, sobretudo o clima: o diálogo se dá em clima de responsabilidade” (2011, p. 71). A responsabilidade, segundo o filósofo, é entendida como a abertura para respostas, que se mostra possível quando as relações acontecem de forma horizontal e em um ambiente poroso, ou seja, com propriedades para a efetiva troca comunicativa.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pela equipe do *Vaidapé na Rua* também provoca questionamentos que podem resultar em alterações na atuação das demais que mantêm a programação da Rádio Cidadã FM. Importante observar que estas trocas não são necessariamente pacíficas e automáticas, mas permeadas de tensões pertinentes ao embate de ideias e

percepções. Na avaliação de Mostazo (2017), por exemplo, muitos programas que atualmente integram a grade de programação da emissora ainda reproduzem os formatos e a estética das emissoras comerciais. Pedro Moura Leite Ribeiro (2017)¹⁸, por sua vez, pondera que tanto as rádios comerciais como as comunitárias lidam com o mesmo meio, portanto, tanto uma como a outra estruturalmente têm as mesmas características e ambas praticam a radiodifusão. Ou seja, considera natural que haja entre elas semelhanças. O que as distingue, prossegue o historiador, além do contexto histórico e das intenções de cada uma, é o fato de que em uma rádio comunitária os programas não são realizados por profissionais, o que não significa que não tenham qualidade, “afinal um programa pode ser de alta qualidade sem ser profissional” (RIBEIRO, 2017).

Entre a perspectiva que insiste na importância de explorar as potencialidades do meio para estimular, acolher e dar vazão ao caldeirão criativo da comunidade e a que defende que tão importante quanto o conteúdo e a estética é o exercício de fala e de escuta reflexivas (por possibilitar aos envolvidos na produção coletiva dos programas o encontro de suas próprias palavras num tempo claramente marcado pela reprodução do senso comum e/ou de discursos infundados e, não raro, preconceituosos), é possível arriscarmos que valem as duas. Este embate entre perspectivas e expectativas diversas e até certo ponto complementares é característica da prática comunicativa dialógica, a qual, na tensão entre informações adquiridas e armazenadas durante a vivência dos diferentes sujeitos envolvidos, pode atuar como dinâmica propulsora da cidadania

Considerações finais

A disseminação das tecnologias de comunicação e informação digitais em rede abre inúmeras possibilidades para a atuação das rádios comunitárias por meio da prática de compartilhamento de conteúdos, da intensificação da interatividade com os ouvintes-internautas e outras, assim como contribui para tornar sua práxis ainda mais complexa.

A partir da observação das experiências entre a Rádio Cidadã FM e a equipe do programa *Vaidapé na Rua* foi possível perceber que se torna necessária a viabilização de práticas e reflexões que contribuam para a desmistificação da tecnologia e sua apropriação popular.

Embora a percepção de que a luta pela democratização da comunicação (eletrônica ou digital) no Brasil passe por diversos desafios políticos e sociais, assim como por disputas tecnológicas; as dinâmicas observadas entre a Rádio Cidadã FM e o *Vaidapé Na rua* evidenciam o qual relevante são as trocas comunicativas orientadas pelo diálogo. Assim parece evidente, portanto, que o processo de interação entre perspectivas e expectativas diversas quando encontram um ambiente favorável para trocas comunicativas torna-se muito propício para a dinâmica dialógica e, portanto, para troca de ideias, partilha de conhecimentos e prática da cidadania.

Bibliografia

- ABRAÇO. FNDC: Um breve histórico do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. *Jornal Abraço no Ar*, n. 10, maio de 1999.
- AMARANTE, Maria Inês. *Rádio Comunitária na Escola. Adolescentes, dramaturgia e participação cidadã*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias em tempos Digitais! Reflexões sobre as transformações, Inovações e desafios da mídia participativa*. Rio de Janeiro: AMARC Brasil, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A era da Informação: Economia, Sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FLUSSER, Vilém. *Comunicologia. Reflexões sobre o futuro*. Tradução de Teresa Maria Souza de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- _____. *O mundo codificado*. Tradução de Raquel Abi-Sâmara, 3ª reimpressão. São Paulo: Cosacnaify, 2012.
- _____. *Pós-história: vinte e um instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011.
- KAPLÚN, Mario. *Producción de programas de Radio El Guión La realización*. Quito: Ciespal, 1978.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASSAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres A reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MENEZES, José Eugenio de Oliveira. *Rádio e Cidade Vínculos Sonoros*. São Paulo: Annablume, 2007.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. A Comunicação Comunitária e Alternativa em Pontos de Cultura na Capital de São Paulo. *Revista Comunicación y Ciudadanía*. Número 86, pp. 1-20, abril – junho 2014.
- _____. Comunicação Popular Participativa. LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org). *Temas contemporâneos em Comunicação*. São Paulo: EDICOM/Intercom, 1997..

Notas

1. O Aglomerado da Serra é a maior favela de Minas Gerais, localizada em Belo Horizonte. Formada por oito vilas: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Santana do Cafezal, Novo São Lucas, Fazendinha, Chácara e Marçola. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em: 1/4/2017.
2. De acordo com o Ministério das Comunicações rádio educativa é o serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, ou seja, destinado à transmissão de programas educativos-culturais, que atuam em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. As outorgas desta modalidade de serviço de radiodifusão são reservadas, dentre outras, às instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa

privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação. Disponível em: <http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-educativa-e-consignacoes-da-uniao>. Acesso em: 6/4/2017.

3. Conforme explica a pesquisadora Inês Amarante o termo “pirata” é usado no sentido pejorativo para “identificar tudo o que é ilegal e clandestino” (2012, p. 43).

4. Dados do Setor de Comunicações – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. Disponível em: <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Resultado.php>. Acesso em: 28/4/ 2017.

5. Governo reduz burocracia para ampliar rádios comunitárias. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/governo-reduz-burocracia-para-ampliar-radios-comunitarias>. Acesso em: 1/5/2017.

6. Portaria 4.334 de 2015. Disponível em: <http://www2.mcti.gov.br/documentos/espaco-radiodifusor/norma-2015-1.pdf>. Acesso em 1/5/2017.

7. De acordo com João Paulo Malerba e Nils Brock, organizadores do livro *Rádios Comunitárias em Tempo Digital. Reflexões sobre as transformações, inovações e desafios da mídia participativa*, em termos tecnológicos novos conceitos e formatos de radiodifusão comunitária e participativa estão surgindo, assim como novas compreensões sobre as novas disputas que se estabelecem no universo da comunicação. De acordo com os autores, nos próximos anos o principal campo de disputa das rádios comunitárias será com relação ao espectro eletromagnético..

8. Na capa do Caderno *Seu Bairro/Zona Oeste*, o jornal *O Estado de S. Paulo* em 16 de janeiro de 1996 veicula matéria sobre a Rádio Cidadã com a manchete: “Rádio livre põe no ar a vida da comunidade”.

9. O programa *Cala a Boca Já Morreu* apresentado na Rádio Cidadã FM fazia parte do projeto do mesmo nome iniciado cujo objetivo central se pautava em “criar oportunidades para que as pessoas, independentes da idade, origem e condição social, exercessem o direito à produção de comunicação”. De acordo com a educadora Grácia Lopes Lima, o projeto nasceu em 1995 como proposta da empresa de educação chamada GENS, hoje o Instituto GENS de Educação e Cultura, de fomentar a educação pelos meios de comunicação. Desde 2004 de forma independente do Instituto GENS, o projeto se constitui como uma ação sem fins lucrativos e é gerido pelas mesmas “crianças” que apresentavam o programa na Rádio Cidadã FM. O projeto CBJM – *Cala-boca Já Morreu* desenvolve ações voltadas à capacitação criativa e autoral através dos meios de comunicação. A sede fica em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Disponível em: <http://www.cala-bocajamorreu.org/p/quem-somos.html>. Acesso em: 28/4/2017.

10. A Rádio Cidadã FM foi lacrada no ano 2000 pelos agentes da Polícia Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Em 2007 a Associação Cidadã se candidatou junto ao Ministério das Comunicações para a outorga de funcionamento como rádio comunitária. Como informado a outorga foi concedida três anos após, em 2011.

11. Segundo Vilém Flusser “o discurso é o método graças ao qual as informações que estão depositadas em uma memória são transmitidas a outros. O diálogo produz informações, o discurso as mantém. Está claro que discurso e diálogo devem estar acoplados para que a comunicação aconteça, pois no discurso são distribuídas informações que foram anteriormente elaboradas no diálogo, e no diálogo são trocadas informações que anteriormente penetraram na memória graças a um discurso” (2015, p. 50).

12. A página da Rádio Cidadã FM é <http://www.radio.teiacidada.com.br/vaidape-na-rua> e a do coletivo de mídia independente no Facebook é <http://vaidape.com.br/categoria/radio-2/>
13. Entrevista concedida à autora no dia 4/4/2017 em São Paulo.
14. “No son fáciles de definir, dado que precisamente su característica es la variedad de secciones. Generalmente, la presencia de un conductor (o de una pareja de conductores) es la que da carácter y asegura la unidad del programa” (tradução livre da autora).
15. Thiago Gabriel Mostazo (Mano Xei), Victor Santos (Pai Vitão), Guilherme Almeida (Ozie) são geralmente os apresentadores do *Vaidapé na Rua*. Luana Aparecida, Alan Felipe (Mano Alan) e Janaína Viegas (Gil Reis) atuam na produção e eventualmente integram a apresentação.
16. Entrevista concedida pelo jornalista Victor Santos à autora no dia 3/4/2017.
17. O primeiro programa do *Vaidapé na Rua* foi ao ar em 13/12/2013 e iniciado com a leitura de um cordel que falava sobre a democratização da mídia, contou com a presença de um rapper que desenvolvia atividades socioeducativas em salas de aula em Cotia, município vizinho de São Paulo, com músicas de bandas independentes e outras atrações.
18. Entrevista concedida pelo historiador e apresentador do programa *Já Regou suas plantas?* (Rádio Cidadã FM) à autora no dia 29/4/2017.